

(X) Cadastro

(X) Pr...

Aconteceu

BSC. GERAL

Pesquisas mostram aumento de rejeição ao governo Collor

Duas pesquisas realizadas pelo DataFolha mostram o crescimento da insatisfação dos brasileiros com o governo federal. A primeira indica que 49% da população acham o plano de economia ruim para o país. A outra apresenta o pior desempenho do governo Collor em dez meses de poder, com o índice de 29% de rejeição em dez capitais. (páginas 2 e 16)

Congresso de educação reúne 2 mil delegados

Mais de 2 mil delegados participaram do 23º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação. Entre as propostas apresentadas no encontro está um dia nacional de luta — 15 de março — contra a política econômica recessiva, o desemprego e por um piso nacional de salários para o magistério. (página 15)

Guatemala eleje presidente evangélico

O direitista evangélico Jorge Serrano Elias, de 45 anos, é o novo presidente da Guatemala. Empresário que serviu no governo militar de Efraim Ríos Montt, ele prometeu combater a corrupção no país. (página 10)

Sindicalistas estão ameaçados em PE

Pelo menos 10 sindicalistas rurais da Zona da Mata de Pernambuco estão ameaçados de morte. A volta da violência é creditada à mudança política no estado, que favorece interesses dos proprietários. (página 6)

Guerra no Golfo gera protestos pacifistas

Antônio Carlos Ribeiro/Imagens da Terra



No Rio de Janeiro, pacifistas lançam Fórum Permanente de Vigília pela Paz

Em torno da estátua de Gandhi, no Rio de Janeiro, pacifistas promoveram no dia 22 uma manifestação contra a guerra no golfo Pérsico. Movimentos semelhantes estão acontecendo em todo o mundo. A imprensa, interesses internacionais e até a Otan estão traçando um novo cenário político no conflito entre Iraque e Estados Unidos. (páginas 8 e 9)

tecendo em todo o mundo. A imprensa, interesses internacionais e até a Otan estão traçando um novo cenário político no conflito entre Iraque e Estados Unidos. (páginas 8 e 9)

Cresce reprovação ao plano Collor

Cresce a insatisfação dos brasileiros com a política econômica do governo. Após dez meses de implantação, 49% dos entrevistados pelo Data-Folha em dez capitais acham que o Plano Collor está sendo ruim para o país, um crescimento de seis pontos percentuais em relação aos 43% da pesquisa anterior, realizada em novembro. A maioria absoluta se sente mais prejudicada (64%) do que beneficiada (17%) pelo plano — o poder de compra diminuiu para 68% dos entrevistados — e não acredita em melhoria a curto prazo — para 67% a inflação vai subir mais e 73% acham que o desemprego vai aumentar.

O descontentamento com o programa de estabilização vem crescendo desde setembro, quando os que o consideravam ruim somavam 35%. Foi a partir de setembro que a equipe econômica apertou com mais força

os controles sobre a moeda, o desemprego aumentou e a inflação voltou a saltar. O IRVF, índice oficial de inflação, passou de 10,58% em agosto para 12,85% em setembro, 13,71% em outubro, 16,64% em novembro e 19,39% em dezembro.

Passados dez meses de plano, 23% dos entrevistados ainda o consideram bom para o Brasil (26% na pesquisa anterior), 20% acreditam que é em parte bom e em parte ruim, 3% são indiferentes e 5% não opinaram. Os mais insatisfeitos são as mulheres (52%, contra 47% dos homens), os mais jovens (50% dos que têm de 16 a 25 anos, 52% dos que estão na faixa dos 26 aos 40 anos, contra 46% dos que passaram dos 40), os que têm renda familiar menor (50% dos que recebem de um a dez salários mínimos mensais) e os de nível superior (56%). (Folha de S. Paulo, 14/01/91)

Governo lança 'pacote de guerra'

As previsões de recessão no primeiro trimestre deste ano cederam lugar, a partir do dia 16, à chamada "economia de guerra" à brasileira. Reunido com quarenta pessoas — entre ministros, secretários e líderes políticos — o presidente Collor mobilizou um arsenal de medidas econômicas para economizar petróleo exatamente no dia 17, quando caiu a cotação do barril no mercado internacio-

nal. No pacote de guerra estão, por exemplo, o racionamento de gás de cozinha com diminuição do volume dos bujões, racionamento de combustível com redução de cotas para as distribuidoras e fechamento dos postos de gasolina nos finais de semana e, nos demais dias, depois das 20h. O combate à inflação, estrategicamente, ficou para segundo plano. (Isto É Senhor, 23/01/91; Veja, 23/01/91)

Produtos essenciais têm alta recorde

Os alimentos essenciais ao dia-a-dia dos paulistanos passaram a custar mais 12,7% na primeira semana deste ano, taxa bem acima dos 2,4% e 3,8% das duas semanas imediatamente anteriores.

Os aumentos não atingiram, no entanto, apenas os alimentos básicos, mas se estenderam à maioria dos produtos comercializados nos supermercados. Na primeira semana de janeiro, os preços médios de 174 produtos subiram 6,9%. Entre as puxadas de preços estiveram os produtos de limpeza (aumentos de até

12%) e alimentos industrializados. Os derivados de carne tiveram reajustes de até 33,4% enquanto os derivados de leite ficaram 6% mais caros.

Estes aumentos de preços nos supermercados, mais os já ocorridos com os combustíveis e tarifas de ônibus, comprometem a taxa de inflação deste mês e tomam difícil a concretização da expectativa de queda prevista pelo governo. As taxas de dezembro variaram de 16,03% (Fipe) a 19,39% (IRVF). (Folha de S. Paulo, 14/01/91)

Aconteceu

Nº 558

21 de janeiro a
4 de fevereiro de 1991

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editora

Bernadete Toneto
MTb 14.350

Editor de arte

Flávio Irala

Editores assistentes

Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretária de redação

Beatriz Araújo Martins

Diagramação

Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e Impressão

Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual

Cr\$ 1.000,00

Assinatura de apoio

Cr\$ 1.300,00

Assinatura exterior

US\$ 50

Plano econômico afeta sindicalismo em 1990

“Quanto mais tempo demorar mais a gente aperta o torniquete”. Foram essas as palavras de um assessor da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, após o adiamento de uma reunião do pacto. São reveladoras do que ocorreu em 90: a desmontagem da economia a fim de se derrubar a inflação, quer dizer, a promoção da recessão pelo governo Collor. Sua política insiste na tese de que o ajuste econômico será obtido via diminuição de empregos e salários, conseqüentemente reduzindo o mercado interno, o que forçaria a queda dos preços e daí da inflação. Para tal o governo não hesita em promover uma recessão nos moldes da verificada em 81, reeditando o passado ao prometer um Brasil Novo. O PIB, no caso, já caiu 4%, faltando pouco para os 4,4% de 81.

A inflação, contudo, resiste e cresce. Diminuí o consumo mas os preços aumentam e o efeito colateral é grave: arrocho salarial, desemprego, estagnação econômica, sucateamento do parque produtivo, miséria e violência no campo e na cidade.

Desde o início do Plano Collor os empresários se recusaram a diminuir seus lucros e apresentaram a conta da crise à classe trabalhadora: proposta de redução da jornada e salários bem como estocagem dos produtos, elevação dos preços e demissões ao invés de rebaixamento dos preços e manutenção da mão-de-obra.

Os sindicatos reagiram buscando garantir o direito do trabalhador ao trabalho, opondo-se às demissões e à redução de jornada mais salários. Em seguida reivindicaram a recuperação das perdas para manter o poder aquisitivo dos assalariados.

Entendimento nacional — Em dias recessivos a paralisação da produção não afeta tanto os estoques das empresas. Os trabalhadores são forçados então a redefinir formas de luta e reivindicações. De uma parte, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)

e Luiz Antonio de Medeiros se comprometiam a inovar as relações entre capital e trabalho e a estancar as demissões.

Após acirrada discussão interna a CUT decide ir ao entendimento nacional onde apresenta um rol de demandas como pré-condição a qualquer acordo. Durante as negociações, a CUT articula um bloco sindical unificando forças distintas em torno de posições consensuais. A CUT dá início também a um fórum paralelo com a Fiesp objetivando um termo comum para negociar com o governo.

Limitando-se a protelar a definição da política salarial, a obstruir negociações com a oposição no Congresso, concedendo abonos irrisórios, suspendendo a validade de acordos do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o governo ganhava tempo enquanto apertava o torniquete. A CUT sai do entendimento e, junto com as CGTs, articula uma frente anti-recessão que ainda está em andamento.

De outra parte, apesar da livre negociação em meio à recessão ser a conversa do pescoço com a guilhotina, certas categorias de São Paulo conseguiram recompor perdas salariais através de greves. Foram elas: químicos, metalúrgicos, condutores e borracheiros do ABC entre outras.

Em São Bernardo, a greve dos setores de motores (Mercedes) e dos gola vermelha (Ford) mostrou ser possível manter a combatividade sindical usando-se a inteligência. Os metroviários do Rio em greve abriram as catracas liberando sem problemas o metrô à população. Na Remington (RJ) e na Semco Hobart (São Bernardo do Campo/SP) os trabalhadores passaram ao controle das empresas. A Autolatina aceitou negociar o contrato coletivo de trabalho o que possibilita avanços na estabilidade no emprego. Os sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e de Santo André procuram unificar todos os metalúrgicos do Grande ABC em um sindicato único.

Em outubro, o Departamento

Metalúrgico da CUT e a Federação dos Metalúrgicos de SP convidam Medeiros e seus aliados de Osasco e Guarulhos para se unirem a uma mobilização em novembro, arrematando 1,2 milhões de trabalhadores. Medeiros impõe a seus pares a campanha isolada, aceitando a proposta da Fiesp. Alardeada pela mídia como o melhor acordo, seu resultado é superado pelos acordos do ABC (*Folha de S. Paulo*, 09/11/90).

Luta pelo emprego — Ao não abrir mão da recuperação salarial, os sindicatos — leia-se CUT — são acusados pelo governo de querer furar o plano. Deveriam se curvar à política antiinflacionária. O fato é que o salário mínimo nunca foi tão baixo, sendo um dos menores do mundo e o menor em toda a sua história, atingindo, em maio de 90, 1/4 de seu valor real quando instituído em 1940.

As taxas de desemprego em abril e maio de 90 — após terem batido as taxas anteriores, igualando-se às de 85 (*Gazeta Mercantil e Jornal da Tarde*, 22/05/90 e *Folha de S. Paulo*, 19/06/90) — foram ainda mais ao fundo do poço quando 1991 começou com menos 204,7 mil trabalhadores na linha de produção da indústria paulista, que é responsável por 50% da produção industrial nacional.

Em 81 essa redução foi de 284,4 mil trabalhadores. Aparentemente maior, esse índice é menos pior que o atual pois em 81 o universo era de 2 milhões e em 90 era de 1,8 milhão. Enfim, há menos gente trabalhando hoje nas indústrias paulistas que em 81, que foi a pior recessão que o país conheceu.

Vale a pena prosseguir assim sem nem mesmo derrubar a inflação mas desmantelando a economia? Uma convulsão social pode ser uma conseqüência dessa política deliberada e consciente. A sociedade civil está desafiada a manter a luta pelo emprego e salário para impedir que 91 seja um outro ano de mais uma década perdida. (*Antonio Luigi Negro, CEDI/PMO*, 21/01/91)

Efeito estufa faz de 1990 o ano mais quente do século

O ano de 1990 foi o mais quente do século. A média de temperatura na Terra foi de 15,5 graus centígrados, nove a mais do que no ano anterior, continuando a tendência de aquecimento do planeta detectada na década de 80. Mas não existem provas definitivas de que a escalada do calor seja provocada pelo acúmulo de substâncias poluentes na atmosfera.

As análises foram feitas pelas duas maiores autoridades mundiais no assunto: o Serviço Britânico de Meteorologia e o Instituto Goddard de Estudos Espaciais da Nasa, a agência espacial norte-americana, através de uma rede de termômetros instalada na terra e no mar. O aquecimen-

to foi mais evidente nos Estados Unidos, sul do Canadá, Europa, oeste da Sibéria e Oriente.

Especialistas em clima ainda discutem se o aquecimento global é causado por gases como o dióxido de carbono, que tem aumentado sua presença na atmosfera devido às queimaduras nas florestas e à queima de combustíveis fósseis, atuando como um lençol que aprisiona o calor do sol perto da superfície da terra. Há quem acredite que se trata de um fenômeno mal compreendido, mas o sentimento crescente entre muitos pesquisadores é que a tendência ao aquecimento é abastecida por poluentes humanos.

Embora não tenham certeza sobre a causa do aquecimento, pesquisadores britânicos e americanos concordam que 1990 superou 1988, até agora o ano mais quente jamais registrado. Seis dos sete anos mais quentes do último século ocorreram na década de 80.

Com base em simulações projetadas por computador, um grupo internacional de pesquisadores financiados pelas Nações Unidas previu que a temperatura global média vai subir de um a dois graus até o final do século 21, caso gases como dióxido de carbono continuem a se acumular nos níveis projetados. (*Jornal do Brasil*, 11/01/91)

Deputado alerta para o 'mercado da ecologia'

A preocupação com a possibilidade da Conferência Mundial do Meio Ambiente — ECO-92 — descambar muito mais para o lado econômico e do marketing, deixando as reais preocupações ecológicas à margem da discussão, já despertou a atenção do deputado estadual (PT), Carlos Mine, um dos principais nomes na luta pela conservação da natureza.

Mine que ao lado do índio David Yanomami é um dos ganhadores do prêmio Global 500, da Organização das Nações Unidas (ONU) — o mesmo dado ao Chico Mendes — diz que há um sério risco de o Rio de Janeiro se tornar um supermercado de ponta de equipamentos e processos patenteados para a defesa ambiental.

A preocupação do deputado é fundamentada na euforia ecológica despertada em vários setores da sociedade. "Muitas empresas que ganharam verdadeiras fortunas se utilizando das matérias-primas da natureza indiscriminadamente, entram agora no mercado ecológico com o discurso totalmente diferente", contesta. (*Correio Braziliense*, 18/01/91)

Desmatamento em São Paulo terá novo julgamento

Mais de 2,1 milhões de metros quadrados da Mata Atlântica foram para o chão e o responsável ficou impune. O juiz Antônio Marques da Silva, da 11ª Vara Criminal de São Paulo, absolveu Maria Cipriana Henrique, acusada de fazer um loteamento irregular em área de preservação de manancial, no local conhecido como Cratera de Parelheiros, em Parelheiros, na Zona Sul de São Paulo. A decisão do juiz, baseada na alegação de falta de provas nos autos do processo e na ausência de dolo da acusada, foi publicada no último dia 9. O promotor Álvaro Mistura Filho, coordenador do Núcleo de Controle de Loteamentos do Ministério Público estadual, não concordou com a sentença do juiz e recorreu.

A história começou em novembro

de 1988, quando Maria Cipriana lançou as bases de um loteamento. Quatro mil famílias se inscreveram e todo mês depositavam uma pequena quantia numa conta no Banco do Brasil, em favor da União das Favelas do Grajaú (Unifag), entidade fundada e presidida por ela. Com o dinheiro arrecadado, Maria Cipriana comprou, do industrial João Rimsa, uma área de três milhões de metros quadrados, 70% dos quais cobertos com Mata Atlântica. O valor da compra, no início de 1989, foi de NCz\$ 300 mil.

Pouco tempo depois a prefeitura chamou Maria Cipriana para conversar. "Nós avisamos que ela não poderia de jeito nenhum lotear a área", lembra Marilda Mazini, diretora do Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo, da Secretaria Municipi-

pal da Habitação. Foram iniciadas negociações para uma troca de área, sem resultado. Em junho de 1989, técnicos da prefeitura sobrevoaram o local e tiveram uma surpresa. "Ela havia desmatado 70% do terreno", recorda Marilda. "Só que a derrubada da mata foi feita na parte interior do terreno. Quem olhava de fora não via a área que tinha sido desmatada".

Um mês depois, o Ministério Público denunciou criminalmente a dona da área. Maria Cipriana ignorou a denúncia e começou a erguer as casas. "No final de 1989 estimávamos que já havia mil famílias morando no loteamento", diz Marilda. Embora o loteamento estivesse embargado tanto pela prefeitura quanto pelo governo do estado, continuou intocada. (*Jornal do Brasil*, 16/01/91)

Terceiro Mundo recebe lixo dos desenvolvidos

À medida que as leis ambientais tornam-se mais rigorosas nos países desenvolvidos, resíduos tóxicos começam a ser exportados para o Terceiro Mundo. Do mesmo modo, os pesticidas proibidos no Primeiro Mundo começam a ser produzidos e distribuídos na África, Ásia e América Latina. Em alguns casos, fábricas inteiras foram desmontadas e exportadas para países onde as leis ambientais não são rigorosas e onde a mão-de-obra é barata.

Um dos casos mais alarmantes ocorreu com o navio *Khlan Sea*. Carregado de cinzas tóxicas, produzidas nos incineradores industriais de Filadélfia, o navio saiu dos Estados Unidos em agosto de 1986, procurando um país onde descarregar o lixo po-

luidor. Durante um ano e meio a embarcação navegou pelo Caribe. Em janeiro de 1988, descarregou parte do material numa praia do Haiti, enquanto a tripulação alegava que se tratava de um fertilizante.

Incidentes como esse levaram o Programa Ambiental das Nações Unidas a acelerar seus esforços para estabelecer um tratado internacional que regule a exportação de lixo tóxico. Em março do ano passado o tratado já estava pronto e foi imediatamente assinado por 53 países que enviaram representantes a uma reunião em Basileia, na Suíça. Ele pede que os países exportadores de lixo tóxico notifiquem as nações do Terceiro Mundo antes de despejarem qualquer substância perigosa em seus territórios.

Alguns ambientalistas acham que o tratado conseguido pela ONU ainda está longe de ser ideal e pedem que a exportação de resíduos seja banida completamente. Eles lembram que governos corruptos do Terceiro Mundo podem ser subornados para receber o lixo tóxico, com prejuízos imprevisíveis para populações indefesas. Além disso, o acordo de Basileia só regula a exportação de resíduos químicos, deixando de fora o lixo radioativo. Embora esse acordo seja o maior movimento já feito contra o comércio de materiais tóxicos, ele ainda deixa cinquenta países do Terceiro Mundo vulneráveis aos carregamentos de lixo industrial ou nuclear. (*Jornal do Brasil*, 16/01/91)

ONU combate poluição com US\$ 1,5 bilhões

A ONU e o Banco Mundial fornecerão de 1 a 1,5 bilhão de dólares, nos próximos três anos, ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), que patrocinará programas ambientais "piloto experimentais", principalmente no Terceiro Mundo. Os prováveis projetos incluirão esforços para reduzir emissões de gases de efeito estufa, liberação cloro-flúor-carbonetos e outros gases que atacam o ozônio e a proteção de cursos de água.

Leandro Coronel, porta-voz do banco, diz que GEF ainda não escolheu os projetos que patrocinará, mas observa que a maioria deles estará relacionada com a poluição que cruza fronteiras internacionais. (*Correio Braziliense*, 15/01/91)

Porto Alegre multa quem sujar as ruas

Desde o dia 16, Porto Alegre pode tornar-se, senão a mais limpa, pelo menos uma das cidades mais asseadas do Brasil: entrou em vigor o rigoroso Código de Limpeza Urbana, que controla o despejo de lixo nas ruas e prevê multas até para o incauto cidadão que eventualmente jogar um papel de bala no chão. "Se ele for flagrado pela fiscalização, estará sujeito a pagar uma multa de 0,1% URMs" (Unidade de Referência Municipal, equivalente a Cr\$ 263,00), advertiu o Diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DM-LU), Darci Campani.

Até o fumante distraído que lança ao solo uma ponta de cigarro corre o risco de ser autuado em flagrante. E, paulatinamente, dependendo

do volume dos dejetos, a lei torna-se mais severa, até chegar à multa de 75 URMs, prevista para casos de transporte de cargas tóxicas ou nucleares, cujo trânsito está proibido no território municipal. Também entidades civis, associações de bairros e órgãos estaduais de segurança estão sendo mobilizados pela prefeitura.

Vinte agentes da prefeitura se encarregarão, numa operação de impacto no centro, da fiscalização. Mas a chefe jurídica do DMLU, advogada Ivanea Kuhn, quer que "toda população colabore, tornando-se um agente de fiscalização e denunciando os infratores". O cidadão não terá poder de autuação, mas pode muito bem ligar e alertar sobre o descumprimento da lei. (*Jornal do Brasil*, 16/01/91)

Poluição pode matar represa Guarapiranga

Um ciclo perverso, que envolve ocupação desordenada, lançamento de esgoto e proliferação de algas, pode matar a represa de Guarapiranga em cerca de cinco anos. O alerta é da própria Sabesp, responsável pela distribuição das águas da represa para cerca de quatro milhões de habitantes da região metropolitana.

Conter essa proliferação significa controlar os esgotos. Pelo menos 15 espécies diferentes de algas habitam hoje a represa. Nos últimos dez anos, a Sabesp vem acompanhando a multiplicação desses vegetais unicelulares. E a constatação é de que suas populações cresceram, graças ao aumento da disponibilidade de materiais orgâ-

nicos, seus alimentos.

Os problemas causados à saúde pelas algas ainda são uma incógnita. Algumas pesquisas as identificam como produtoras de toxinas e a bióloga Dila Gelli, do Instituto Adolfo Lutz, afirma que provocam uma doença estomacal (gastroenterite). (*Jornal da Tarde*, 11/01/91)

Sindicalismo está ameaçado em Pernambuco

O medo de emboscadas mudou a vida do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da localidade pernambucana de Maraial, Manoel José da Silva. Após receber ameaças de morte por telefonemas anônimos e ser procurado durante três dias por desconhecidos na região, ele não faz mais reuniões à tarde e à noite na sede do sindicato, limitando-se a conversar com lavradores perto de casa, até a hora do almoço. Além dele, há pelo menos nove sindicalistas da Zona da Mata assustados com a violência que se alastra no interior de Pernambuco.

Tal como Manoel, o secretário do sindicato de Maraial, José Joaquim Paz, tem se escondido.

Estes exemplos demonstram claramente o recrudescimento, nos últimos dois meses, da guerra no campo, que resultou no assassinato de 58 sindicalistas nos últimos dez anos. Outros líderes ameaçados podem seguir o mesmo destino de José Hélio da Silva, assessor político do sindicato de Palmares assassinado por pistoleiros em dezembro.

José Cícero da Silva, tesoureiro do sindicato de Palmares, que estava com José Hélio e conseguiu escapar do atentado, está morando em Recife, acompanhado por dois policiais civis. A viúva de José Hélio, Maria Aparecida Pedroza da Silva, assessora jurídica do sindicato, também está residindo temporariamente na capital, protegida por dois policiais. O presidente do sindicato rural de Palmares, João Lucas da Silva, pediu proteção à Secretaria de Segurança Pública porque vem sendo perseguido e ameaçado de morte por dois pistoleiros desde o assassinato de José Hélio. Também o advogado José Patrocínio dos Santos, há 14 anos envolvido nos movimentos sindicais, prestando assessoria a 14 sindicatos, está acompanhado por dois soldados da Polícia Militar e já deixou o município de Quipapá, onde morava e era pároco.

Depois da morte de José Hélio, um dos mais expressivos líderes da Zona da Mata Sul, outra cena de violência: o espancamento do trabalhador rural Deoclécio Manuel da Silva,

Lutas marcam Zona da Mata

Berço das Ligas Camponesas, movimento criado em 1955 pelo então advogado Francisco Julião, já falecido, para unir os trabalhadores rurais em torno da reforma agrária, a Zona da Mata de Pernambuco, onde se agrupam 250 mil trabalhadores rurais em 40 municípios, sempre foi palco de lutas. Foi o primeiro lugar no Brasil, por exemplo, onde os trabalhadores conseguiram o direito de receber salário mínimo e ter carteira assinada. Foi de lá que partiu a primeira greve de agricultores, após o movimento de 64, em 1979.

A zona canavieira, como alguns técnicos e a maioria dos trabalhadores rurais preferem chamá-la, abriga uma população fixa de 1.200 mil habitantes, 18% da população de Pernambuco. Com uma densidade demográfica de 125,2 hab./km², a maioria da população vive em miséria absoluta: expectativa de vida de 47 anos, taxa de mortalidade de 37,8% (para cada 1.000 habitantes), famílias constituídas, em média, por 7 pessoas e renda familiar que não chega a 40% do salário mínimo, em média.

Como cerca de 85% dos habitantes (aproximadamente 900 mil pessoas) dependem direta ou indiretamente da cana-de-açúcar, responsável por 70% do potencial econômico de Pernambuco, o período de entressafra, normalmente entre abril e novembro, despeja no mínimo 100 mil trabalhadores desempregados no mercado de trabalho. "É absurda a manutenção de uma monocultura numa região produtiva que só dá emprego seis meses do ano", protesta o presidente da Contag, Aluizio Carneiro.

Politicamente, a Zona da Mata vem tendo um papel fundamental na história recente de Pernambuco. As lutas que eram desenvolvidas pelas Ligas Camponesas, sob o comando de Francisco Julião, mais tarde deputado do PTB e figura destacada no primeiro governo de Arraes (1962 a 1964), são hoje, de forma mais organizada e estruturada, lideradas pela Fetape na região canavieira, onde se encontra o segmento sindical mais politizado do Nordeste. (*Jornal do Brasil*, 11/01/91)

por cinco empregados do Engenho Macambira, em Tibaúba (PE), quando tentava colher frutas do seu roçado.

A volta desenfreada da violência no campo decorre da mudança do poder político em Pernambuco, analisa o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape), José Rodrigues da Silva, que comanda os 250 mil trabalhadores rurais da Zona da Mata abrigados em 49 sindicatos. "Os proprietários de terra, diante da impunidade que sempre reinou, estão se sentindo mais à vontade porque o candidato que eles apoiaram está voltando ao poder", acrescenta ele, dizendo que no governo de Miguel Arraes, de 1987 a 1989, a violência havia arrefecido.

Como em Joaquim Nabuco, o sindicato de Palmares saiu de 14 anos de controle de grupos conservadores, a exemplo de Maraial, Ribeirão e Água Preta. "Os patrões não aceitam ser cobrados pelos trabalhadores e por isso estão à nossa procura", diz João Lucas da Silva, presidente do sindicato de Palmares, dos mais atuantes da Zona da Mata Sul.

Os sindicalistas, além de mobilizar os trabalhadores para a campanha salarial, promoveram acampamento em frente às usinas, incentivaram os trabalhadores a mover ações judiciais contra as empresas pela falta de pagamento e denunciaram à DRT as irregularidades cometidas pelas usinas e donos de engenhos. (*Folha de S. Paulo*, 17/01/91; *Jornal do Brasil*, 11/01/91)

Acordo reconhece direito de posse

Um acordo envolvendo 3.940 ha pôs fim ao conflito de terra da fazenda Jandaia, no sul do Pará.

A área é objeto de disputa desde 1985, quando começaram a chegar os primeiros posseiros, atraídos pela notícia de que o então proprietário, José Cristino Ferreira, não era dono legal de toda a área.

A partir de então seguiram-se despejos, ameaças, destruição de benfeitorias, assassinatos e parcialidade da Justiça e do Incra, e o conflito prosseguiu até chegar às páginas dos jornais no início de 1990.

Apesar da pronta ação dos advogados da SPDDH, Marcelo Freitas e Júlio César da Costa, os trabalhadores ficaram presos 70 dias, sendo finalmente libertados no início de outubro. Enquanto isso já estava sendo negociada a venda da fazenda Jan-

daia a José Miranda, transação concluída semanas depois da libertação dos posseiros.

Nesse meio tempo, três empregados de José Miranda foram emboscados e mortos a tiros, sendo os crimes atribuídos a ladrões de gado, provavelmente remanescentes do bando de pistoleiros desbaratado em julho, conforme reportagem do jornal *Correio do Tocantins*.

Depois destes crimes José Miranda procurou os posseiros, através do STR de Marabá, para fazer o acordo. Assinado no dia 17 de novembro pelo fazendeiro José Miranda Cruz, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará (Fetagri), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, a Sociedade Parense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), o Incra e represen-

tes dos posseiros, o acordo garante a posse da terra beneficiando mais de 65 famílias. O fazendeiro se comprometeu, também, a reconstruir uma escola — destruída por policiais — até março de 1991. Ao Incra caberá regularizar a situação emitindo os respectivos títulos de propriedade.

Até o momento, os termos do acordo vêm sendo cumpridos. Os trabalhadores estão ocupando as terras, que agora são suas, e os que tiveram prejuízos materiais já foram ressarcidos. O desafio agora, na opinião de Atanagildo Matos, da Fetagri, é manter o grupo unido e organizado. "Agora é botar a moçada para produzir", diz, "dando suporte aos pequenos agricultores para que a pequena propriedade se viabilize economicamente". Conquistada a posse da terra é preciso garanti-la. (*Imagens da Terra*, 01/91)

No Maranhão e Ceará, ameaças de morte no campo continuam

* O padre Osvaldo Marinho Fernandes, da paróquia de Santa Rita, Maranhão, vem sendo ameaçado de morte por defender a posse de terra de 24 famílias de lavradores sem terra, que moram há mais de 70 anos nos povoados Sítio Novo e Vaca Morta no município de Santa Rita. Os agricultores estão engajados na luta para evitar o desmatamento e a grilagem da área de 452 hectares em que vivem com suas famílias.

* O sindicalista José Ferreira de Souza (Zé Grande), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamboril (Ceará), está ameaçado de morte. O responsável pelas ameaças é o fazendeiro Anastácio Martins Camelo, que vem perseguindo também 20 famílias de trabalhadores rurais, alguns com mais de 50 anos de moradia numa parcela de sua fazenda. Todos os anos, o fazendeiro coloca gado nas áreas plantadas pelos lavradores. (*O Globo*, 16/01/91; *Agên*, 09 e 11/01/91)

Seca no NE traz saques e desemprego

No sertão do Araripe (PE), uma das regiões mais atingidas pela estiagem, trabalhadores rurais famintos saquearam as feiras dos municípios Bodocó e Ipubi no dia 7 de janeiro. Policiais cercaram a feira e as instalações comerciais durante todo o dia. No tumulto, foram presos Juez Cuncha dos Santos e José Fermindo de Carvalho.

O prefeito do município de Bodocó assegurou a liberação dos agricultores, garantindo que não se tratam de aproveitadores mas de trabalhadores sem lavoura ou salário, para os quais não se abriu nenhuma frente de emergência.

Também em Sergipe mais de 50 mil trabalhadores rurais já estão desempregados e sujeitos à fome, segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetape), José Felix. Ele reivindicou ao governo do Estado a criação de frentes de trabalho urgentemente em todos os municípios do sertão, pois a distribuição de cestas de alimentos básicos pode amenizar a fome mas não resolve a situação. (*Jornal do Brasil*, 09/01/91; *Folha de S. Paulo*, 15/01/91; *O Globo*, 11/01/91)

'Barragens: questão ambiental e luta pela terra'

O tema das barragens coloca no palco do cenário recente da história brasileira atores que, lutando contra a expropriação da terra, trazem à tona novos elementos para que a sociedade amplie a sua compreensão sobre o campo. Os movimentos de atingidos por barragens trouxeram questionamentos do modelo autoritário de planejamento do Estado brasileiro, em particular da política energética governamental.

A Fase, embora não tenha trabalho direto junto aos atingidos, decidiu trazer à luz, através da revista *Proposta*, uma sistematização de algumas lutas desses movimentos ao longo dos últimos 10 anos. A revista encontra-se à venda no CEDI, a Cr\$ 350,00 o exemplar.

Imprensa traça novo cenário da guerra no Golfo

“A tela é a retina do olho da mente”. Esta frase, proferida pelo personagem O’Blivian em *Videodrome*, do cineasta David Cronenberg, parece ter se tornado o grande paradigma para a cobertura do conflito no Golfo, secundado por algumas teses do cineasta soviético Dziga Vertov, cujo trabalho, ofuscado pelo genial Eisenstein, guarda verdades ainda não totalmente desvendadas. Dizemos “desvendadas” porque em nenhum momento a cobertura de imprensa realizada pela mídia americana (que as filiais do Terceiro Mundo procuram invejosamente copiar) assumiu uma postura objetiva e/ou imparcial no conflito em curso. Pelo contrário, e usando um termo tão caro a George Orwell, observa-se um autêntico processo de instrumentalização do “duplípensar”, ou seja, atitudes e opiniões que condenamos em nossos inimigos, passam automaticamente a constituir mérito quando aplicados em nossos aliados.

Não surpreende pois que apenas agora a televisão tenha se detido sobre a questão dos prisioneiros de guerra. Durante o conflito Irã-Iraque não foi jogada nenhuma luz sobre as atrocidades sofridas pelos iranianos internados nos campos de prisioneiros do Iraque. Agora, eles surgem repentinamente da lata de lixo da história. Mutilados, doentes e maltratados, eles falam do inferno ao qual foram submetidos pelo regime de Saddam Hussein. Antes um aliado objetivo do Ocidente, Saddam pôde lançar gases sobre os curdos e criar o seu vasto complexo industrial-militar sem nenhuma objeção da imprensa. Ago-

ra esta mesma imprensa descobre que não só este arsenal existe, como é possível que o Iraque consiga, com o auxílio deste aparato, manter uma guerra de vários meses contra as forças multinacionais lideradas pelos EUA. Neste sentido, é coerente a tática de *satanização* de Saddam, correspondida na mesma moeda pela tentativa deste em *saddamizar* a guerra em todo o oriente.

Satanização e generalização constituem tópicos marcantes, acompanhados pela generalidade, superficialidade e esterilização da realidade da guerra. Este ponto é tão aparente na cobertura da cobertura do conflito, que não faltam feiteiros encantados com a própria mágica. “O bombardeio do Iraque foi um espetáculo tão fantástico que superou os próprios *war games*”, declarou extasiado um aviador americano às câmeras de TV, certamente inconsciente da dimensão do real (ou irreal, visto que para O’Blivian *a tela é mais do que a realidade*). Constituem suportes simbólicos desta “cobertura de imprensa”: o mapa acompanhado de setas, o especialista em armamentos, o repórter *in loco* e a atmosfera indistintamente densa das noites do deserto. Este cenário é enfeitado por aviões que partem, de foguetes que são disparados, de máquinas onipresentes, denominadas “inteligentes” quase que por um passo em falso da terminologia, pois admitir uma “arma inteligente” implica em excluir o verdadeiro animal inteligente de todas as guerras, *o soldado*, até o presente momento curiosamente ausente.

Podemos enumerar várias outras omissões: uma avaliação política da tática de bombardeamentos sucessivos contra o Iraque (assunto perigoso, pois além de jamais ter sido obtida a rendição de um país através de bombardeios, lembremos que a administração Bush chegou a ensaiar este pedido) e uma discussão de fundo sobre a política americana para a região (inadmissível, pois revelaria que o *casus belli* não é Saddam Hussein, o mais novo anti-cristo da teologia do Pentágono). Mais ainda, a omissão em informar o cidadão comum dos rumos da guerra, pois como já dizia Gramsci, “saber é poder”. Na medida em que, e novamente recorrendo a Gramsci, “a verdade é revolucionária”, resta o recurso à mistificação, aos epítetos e aos suportes simbólicos, que reificam uma essência que não pode ser demonstrada por colocar em risco uma leitura imperial do conflito.

No entanto, por detrás do pano de fundo mobilizam-se os atores da história, pretensamente condenados ao anonimato. Manifestações pacifistas eclodem em todo o mundo desenvolvido ao mesmo tempo em que o Terceiro Mundo condena o papel de gendarme despuadoradamente assumido pelos EUA. A união destes movimentos apontando para a cessação imediata do conflito, acompanhada de conferência internacional sobre a paz é a única saída para um mundo construído de forma injusta e desigual, razão da febre que assola as bolsas de valores e libera os cavalheiros da guerra. (Maurício Waldman/CEDI, 23/01/91)

Envolvimento da Otan cria conflitos políticos

A utilização de bases da Otan em território turco logo na primeira semana da Guerra do Golfo coloca imediatamente a possibilidade de expansão do conflito para o conjunto dos países que formam a Aliança Atlântica. Também de imediato, o possível envolvimento direto da Otan suscita vários dilemas políticos. Formada originariamente para conter o

“avanço do comunismo” na Europa, a Otan, face às reformas implementadas por Gorbachev, perdeu o seu inimigo tradicional. Assim sendo, onde estaria agora o “espectro a rondar a Europa”?

Saddam Hussein, ao mesmo tempo em que pode constituir o novo inimigo eleito também sugere um re-direcionamento da política militar

da Otan. Se for lembrado que a *glasnot* e a *perestróika* conduziram a uma distensão nas relações Leste/Oeste, o mesmo não pode ser colocado quanto às relações Norte/Sul. A guerra do Golfo poderá constituir o primeiro conflito no qual poderá ficar visível que os conflitos entre os países centrais e os periféricos não terminaram.

Questão palestina pode ser definida

Durante vários anos, a OLP — Organização para a Libertação da Palestina transformou-se em sinônimo de terrorismo, por conta de ataques que atingindo diretamente a população civil de Israel e entidades judaicas de todo o mundo (indevidamente associadas com a assim denominada “entidade sionista”) terminaram por minar possível apoio à causa palestina em amplos setores da opinião pública internacional.

Insistindo que Israel não tinha direito à existência, a OLP tornou-se trilionária de um discurso que não trouxe nenhuma contribuição efetiva para a construção do esperado Estado Palestino.

No entanto sobreveio a reviravolta em torno de dois fatos marcantes. O primeiro deles, foi a mudança na linha política da organização, precorrendo o reconhecimento da existência do Estado de Israel e a implantação do Estado Palestino ao lado de Israel, nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia. O segundo, a explosão da Intifada, uma autêntica mobilização popular respaldada genuinamente no mais elementar direitos dos povos: o direito de auto-determinação. Embora estes dois fatos não tenham garantido crescente apoio internacional (inclusive no interior de Israel), os palestinos foram alvo intransigente de Israel no primeiro caso e de uma bárbara repressão no segundo. Evidentemente, Saddam Hussein passou a utilizar uma “caravana palestina” cuja existência tem os maiores responsáveis na intolerância e recusa do governo israelense em entender que o povo palestino tem direito à sua dignidade nacional. Óbvio também o apoio de Ariel Sharon e Hussein, que aliás não teve outra alternativa. Sabe-se porém que independentemente do resultado da guerra do Golfo, mais do que nunca Israel estará isolado de uma comunidade internacional que ao condenar a ocupação do Kuwait não pode furar o compromisso em obrigar Israel a retirar-se de Gaza e Cisjordânia, e a criar finalmente um Estado Palestino finalmente instalado.

Criado Fórum Permanente de Vigília pela Paz

A praça Mahatma Gandhi, no centro do Rio de Janeiro, acolheu no dia 22 um grupo de pessoas inconformadas com a Guerra do Golfo. Líderes do movimento popular, escritores, professores, deputados, donas de casa, estudantes, padres e pastores, ergueram a voz num mutirão em defesa da vida e na busca de um *Fórum Permanente de Vigília pela Paz*. O ato visava também despertar a consciência das pessoas para a brutalidade da guerra e desafiar organizações, sindicatos, partidos políticos a um posicionamento radical em defesa da paz. O encerramento do ato foi marcado com um abraço à estátua de Gandhi e um tempo de silêncio pela paz.

“Em busca de uma vigília permanente pela paz

“Acreditamos na paz até o último momento. Acreditamos que os poderosos ao decidirem sobre o destino das nações bem poderiam ter encontrado uma solução pacífica para o conflito no Golfo. Optaram pela guerra.

“Estamos estarecidos, perplexos, indignados. Estamos sem informação. Não nos conformamos com o silêncio da sociedade brasileira. Com a omissão do governo brasileiro e sua (in)conseqüente política externa. Denunciamos a forma vil, mentirosa e manipuladora das informações.

“Este silêncio e omissão são frutos de uma sociedade anestesiada por tantas violências cotidianas, por guerras de todos os tipos, tanta manipulação. A guerra do Golfo é mais um sinal de agressão a toda forma de vida, de paz e de justiça.

“Diante desta situação, inconformados, contudo com esperança, desejamos afirmar os valores éticos da vida, da paz e da justiça. Formamos um grande mutirão em vigília pela paz.

“Propomos a multiplicação de atos simbólicos pela paz e que às instituições e organizações que compõem a sociedade civil (associações de bairros, escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, etc...) unam-se em torno de Fórum Permanente de Vigília pela Paz, visando mobilizar a sociedade brasileira para um maior empenho na luta pela vida.

“Exigimos do governo brasileiro, que solicite da ONU uma conferência de paz, com vistas a uma solução negociada para a guerra em curso e as questões que envolvem os povos da região, que o governo brasileiro se posicione em favor do “cessar fogo” imediato na Guerra do Golfo.

“Lutamos pela paz com justiça, contra toda forma de invasão e desrespeito à dignidade e soberania de cada povo e nação.” (Rio de Janeiro, 22/01/91)

Pacifistas fazem manifestações

Apesar das pesquisas nos EUA apontarem o apoio 76% da população à invasão, uma considerável parcela dos europeus se opunha à guerra. Cerca de 200 mil pessoas participaram de uma manifestação em Paris, se estendendo na semana do início do conflito a outras cidades francesas.

Praticamente toda a Europa aderiu às manifestações. Em Berlim houve uma passeata com 80 mil pessoas, em Madri outra de 40 mil e em Bruxelas cerca de 30 mil cidadãos saíram às ruas. Em Londres as manifestações chegaram a reunir 40 mil pessoas e a maior de todas, em Roma, con-

gregou 100 mil. Se é “uma guerra pelo direito internacional, como dizem as forças aliadas, então teria de considerar o direito dos árabes e da questão palestina”, disse Iounes Molik, do SOS Racismo da França.

Mesmo nos EUA, várias manifestações pediam o fim da guerra. O movimento pacifista está dividido: a coligação para acabar com a intervenção americana no Oriente Médio, que defende a utilização do poder dissuasório americano na região, e a Campanha pela Paz no Oriente Médio, que desde o início se opôs ao envio de tropas. (Isto É/Senhor, 23/01/91)

Evangélico vence as eleições na Guatemala

O direitista evangélico Jorge Serrano Elias, um empresário conservador que serviu no governo militar do general Efraim Ríos Montt, é o novo presidente da Guatemala.

"Agradeço a Deus por este inquestionável triunfo, um triunfo que irá marcar uma virada na história de nosso país", declarou Serrano a centenas de partidários diante da sede de sua campanha, pouco depois de serem divulgados os primeiros resultados de sua vantagem feita pelos institutos de pesquisa. "Pela primeira vez na história de nosso país, um presiden-

te civil passará o cargo para outro presidente civil, num limpo e democrático processo", disse ele, que sucederá o democrata-cristão Vinicio Cerrezo pelos próximos cinco anos.

Serrano conseguiu reverter esmagadoramente a vantagem de apenas 1,5% obtida por Carpio no primeiro turno da eleição, quando nenhum dos 12 candidatos inicialmente inscritos conseguiu mais de 50% dos votos. Para tanto, o futuro presidente contou com a prisão do prefeito de Zacapa, Arnoldo Vargas Estrada, correligionário de Carpio, capturado com 278

quilos de cocaína e acusado de narcotráfico pela embaixada dos Estados Unidos, que solicitou sua extradição.

Descrito por simpatizantes e adversários como um tecnocrata um tanto rígido, orgulhoso e sensível, o presidente-eleito, de 45 anos, prometeu garantir os direitos humanos, combater a corrupção e buscar uma solução negociada para o conflito de 30 anos com a guerrilheira União Revolucionária Nacional Guatemalteca, com base no acordo assinado em março de 1990 em Oslo, de cuja formulação participou. (*Jornal do Brasil*, 08/01/91)

Ex-pastor acusará Igreja Universal

Junto com uma equipe de advogados, o pastor Carlos Magno de Miranda deverá concluir um minucioso relatório sobre as irregularidades cometidas pelos dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo. Magno, durante mais de dez anos, foi dirigente da Igreja para as regiões Norte e Nordeste. No final de novembro, deixou a Igreja dirigida pelo bispo Edir Macedo por não concordar em mandar todo o dinheiro arrecadado nas 18 igrejas no Ceará para São Paulo.

A partir da conclusão desse relatório, Carlos Magno informou que fará, inicialmente, a entrega de cópias para as autoridades da Secretaria de Segurança, Polícia Federal, SNI e Receita Federal, "já que medidas punitivas deverão ser seguramente tomadas". Por causa do trabalho que vem

desenvolvendo para recolher provas que incriminem os dirigentes nacionais da Igreja Universal, Magno diz que vem recebendo ameaças de morte por parte do próprio bispo. "Antes de viajar para Israel, o 'bispo' Macedo ligou para minha casa e avisou para minha mulher que, caso eu não parasse de denunciá-lo, eu poderia sofrer um 'acidente'".

Sendo verdadeiras ou não as ameaças de morte, a verdade é que Carlos Magno teve importante papel enquanto esteve na liderança da Igreja Universal. Ele revelou que na justiça pernambucana existe uma ação onde ele está cobrando Cr\$ 8 milhões, por seu trabalho durante as negociações para a compra da TV Record, de São Paulo. Essa promissória, que está assinada pelo pastor e juiz baiano Everaldo Amorim, em nome da

Igreja, deverá ser paga numa próxima audiência no Recife, "afinal não dispensarei nada da Igreja a que dediquei mais de dez anos de minha vida", justifica Magno.

Segundo Magno, agora a única preocupação dos dirigentes da Igreja Universal é, principalmente, do 'bispo' Macedo é de "faturar" no Nordeste. Para o ex-pastor sua saída da Igreja Universal Reino de Deus deve comprometer o seu faturamento. Prevenindo isso, uma das primeiras providências do 'bispo' Edir foi mudar o nome da Rádio Uirapuru, com mais de 39 anos, para Rádio Record de Fortaleza. Para dirigi-la, a direção da Igreja Universal levou para Fortaleza o radialista Luiz Okamoto, que dirigia duas outras emissoras da Igreja em Goiânia. (*O Estado de S. Paulo*, 16/01/91)

Filme abordará Brasil Nunca Mais

O pastor Jaime Wright e dom Paulo Evaristo Arns vão virar personagens de um filme. Eles assinaram um contrato com a produtora americana Gideon autorizando o uso de suas imagens num filme sobre o projeto Brasil: Nunca Mais. O filme será baseado no livro do jornalista americano Lawrence Weschler, sobre a elaboração do documento sobre tortura no Brasil. (*Veja*, 19/12/90)

Pesquisa mostra confiança na Igreja

Numa lista de 15 instituições, a Igreja obteve o melhor índice de confiança da população, segundo pesquisa do Ibope realizada em dezembro. Os dados indicam que 78% dos brasileiros confiam na Igreja, estando em segundo lugar, nos reduzidos 58%, as emissoras de rádio e o presidente Fernando Collor. Os políticos ficaram em último lugar, com apenas 13%. (*Folha de S. Paulo*, 19/12/90)

Bispo alemão propõe fim da "caça às bruxas"

O bispo Gottfried Forck, chefe da Igreja Protestante em Berlim, pediu o fim das investigações sobre vínculos entre dirigentes políticos e a Stasi, a antiga polícia política da ex-Alemanha Oriental. Para o bispo, estabeleceu-se na Alemanha um clima de caça às bruxas, semelhante aos próprios métodos empregados pela Stasi na Alemanha comunista. (*O Estado de S. Paulo*, 20/12/90)

Igrejas condenam ação militar no Golfo

A dramática sucessão de acontecimentos em torno da invasão do Kuwait por parte do Iraque, que culminou com o início do conflito no dia 16 de janeiro, foi objeto de pronunciamentos oficiais de organismos e igrejas. O Conselho Mundial de Igrejas, que reúne mais de trezentas igrejas-membros, exortou, em sua declaração, "atuar em concordância com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas", destacando-se da "interpretação estreita" que alguns governos fizeram das resoluções relativas ao boicote alimentício. Segundo o documento, "há uma obrigação legal internacional por parte dos estados-membros do Conselho de Segurança da ONU de assegurar acesso ao Kuwait e Iraque dos recursos essenciais à saúde e sobrevivência da população civil".

Outro aspecto levantado pelo orga-

nismo ecumênico foi a necessidade de se distinguir mais claramente o papel das Nações Unidas e o dos Estados Unidos, na medida em que o país norte-americano vem tomando a frente das ações. O diretor da Comissão das Igrejas para Assuntos Internacionais do CMI, Ninan Koshy, assinalou "a confusão entre os interesses dos Estados Unidos e os da comunidade internacional, representados pela ONU". Segundo ele, "tem havido uma escalada nas metas, assim como uma junção de interesses a curto e longo prazo", que incluiriam as ambições petrolíferas dos Estados Unidos e o novo papel que se atribui como a força militar mais poderosa do planeta.

Para o Papa João Paulo 2º, o conflito significa "uma séria derrota do Direito Internacional e de toda a comunidade internacional".

Na presença de vários cardeais e de todos os membros da Secretaria de Estado, o pontífice declarou-se profundamente amargurado com o início do conflito e manifestou a esperança de que os resultados dos primeiros ataques já sejam suficientes para os dirigentes mundiais compreenderem, em toda sua extensão, o horror que vem correndo.

Segundo fontes do Vaticano, o comentário de João Paulo 2º refletiu seu pesar ante a incapacidade de os presidentes George Bush e Saddam Hussein atenderem às suas mensagens pessoais.

"Nesta hora de grande perigo, gostaria de repetir que a guerra jamais poderá ser o meio adequado de se resolver os problemas existentes entre os países", concluiu o pontífice. (Paulo Roberto Salles Garcia/CEDI, 01/91)

Benedita da Silva é tema de vídeo

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) acaba de receber um livro com seus mais bem acabados perfis, em um vídeo *Benedita da Silva*, lançado neste mês. Ao contrário de disseminar a vida da primeira deputada negra da história do Brasil em um trabalho documental, a diretora Alice Gutman preferiu restringir-se à vida da militante do PT no Morro pé Mangureira, na zona sul do Rio de Janeiro, e às suas atividades

na Câmara dos Deputados, em Brasília. Através destes dois pólos, Gutman criou um instantâneo que revela integralmente as origens populares e a prática política de Benedita.

As verbas necessárias para a realização de seu novo vídeo tiveram de ser garimpadas no exterior, com a União das Igrejas Metodistas de Nova Iorque e, aqui no Brasil, com o Iser — Instituto Superior de Estudos Religiosos, que cedeu o equipa-

mento Betacan necessário às gravações.

A discriminação social, o sexismo e o preconceito racial se misturam de forma trágica na biografia da deputada, que ainda conta com a desinformação a respeito de sua igreja, a Assembleia de Deus. "Toda minha prática política é resultante de minha fé. Ela é uma religião transformadora", defende Benedita. (Jornal do Brasil, 08/01/91)

CNBB condena a 'erotização na TV'

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou este mês o documento "Sim à Vida, Não ao Pêso", no qual condena a "erotização da televisão que domina as novelas, programas e comerciais" de TV e a disseminação, pelos veículos de comunicação, de violência em cenas de assaltos e seqüestros.

Para a CNBB, a erotização na televisão invade os lares com cenas de violência, nudismo gratuito, banalização do sexo e humorismo baixo, mesmo em horários acessíveis às crian-

ças e adolescentes". As cenas de violência "trazem consigo um pernicioso efeito multiplicador" que "vai aos poucos pervertendo o senso moral criando um clima para pseudo-soluções como a pena de morte".

O documento foi aprovado em novembro pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. A CNBB critica a "permissividade sexual" entre os casais e os jovens, o aborto e a inseminação artificial, comportamentos que, para a entidade, "estão sendo alimentados pelos veículos de comunicação

preocupados com os índices de audiência e lucro".

O secretário-geral da CNBB Norte 1, Albano Ternuns, disse que a entidade não está reivindicando a volta da censura. "Queremos que sejam encontradas normas éticas que visem a preservação da sociedade e privacidade das pessoas e dos lares mantendo a liberdade de expressão e de informação", afirmou. O documento também valoriza movimentos ecológicos e critica a situação da criança no Brasil. (Folha de S. Paulo, 16/01/91)

Garimpeiros reabrem pistas em RR

Dois campos de pouso, na região de Surucucus, Roraima, foram parcialmente recuperados pelos garimpeiros depois de dinamitados pela Polícia Federal e Força Aérea Brasileira.

No segundo semestre do ano passado, a PF e a FAB dinamitaram 68 pistas na Amazônia para impedir a ação de garimpeiros. Mas outras 52 ficaram intactas, segundo o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, porque o "mau tempo" impediu o trabalho dos agentes encarregados do trabalho.

Oitocentos dos 40 mil garimpeiros que atuavam em Roraima, principalmente em território Yanomami, estão reabrindo as pistas clandestinas. Duzentos dos garimpeiros expulsos retornaram à região.

Ao tomar conhecimento do fato, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ficou irritado e solicitou ao Ministério da Aeronáutica que intensifique a fiscalização dos planos de voo das aeronaves que operam nas pistas de Boa Vista e Caracará (RR) e Barcelos (AM). (*Jornal da Tarde*, 22/01/91)

Onconcerose atinge 80% dos Yanomami

Cerca de 80% dos 9,3 mil Yanomami das 66 aldeias localizadas nas áreas indígenas de Surucucus e Uai-cás (RR) estão com onconcerose, transmitida pelos garimpeiros que invadiram suas terras. A constatação foi feita por pesquisadores da USP e encaminhada à Funai. A doença é transmitida pelo mosquito Simolideo, conhecido como "mosquito negro". A onconcerose é uma doença comum na África Ocidental. (*Folha de Tarde*, 16/01/91)

Brasil corrige fronteira com a Venezuela

Até o final do mês, o mapa do Brasil passará por uma mudança. Uma comissão mista de limites tratará de extirpar da carta oficial do território brasileiro um equívoco: uma área estimada em cinco mil quilômetros quadrados de matas, rios, muito ouro e cassiterita e a possibilidade de uma diversificada província mineral, que agora o Itamaraty reconhece pertencer à Venezuela. A área situada no extremo oeste do estado de Roraima é uma extensão do território onde garimpeiros brasileiros resistem à ação da Polícia Federal e insistem em viver e trabalhar nas terras dos índios Yanomami.

Quando a fronteira foi traçada num

tratado bilateral, no século passado, convencionou-se que o limite entre os dois países seria feito pelo divisor de águas. Os rios que se dirigissem para a bacia de Orinoco caracterizariam o território venezuelano, e aqueles que se encaminhassem para a calha do Amazonas configurariam o brasileiro.

Para uma parcela da imprensa venezuelana, o líder garimpeiro José Altino, um dos articuladores da invasão do território Yanomami, estaria ultrapassando a fronteira da Venezuela dentro de um planejamento geopolítico elaborado pelas Forças Armadas do Brasil. Os jornais da Venezuela citam o projeto Calha Norte —

criado pelo governo Sarney para promover uma "fronteira viva" com a instalação de postos militares e povoados produtivos na fronteira norte do país — como uma base política para o expansionismo territorial brasileiro.

O governo de Andrés Pérez é pressionado também pelos ambientalistas venezuelanos, que o acusam de displicência por permitir que estrangeiros destruam as matas e as aldeias Yanomami da Venezuela, além de poluir com mercúrio o rio Orinoco — o mais importante do país e considerado, como o nosso São Francisco, o rio da unidade nacional. (*Jornal da Tarde*, 22/01/91)

Índios do Maranhão pedem proteção contra madeireiros

Cerca de 30 índios das aldeias Timbira, Urubu-Kaapor e Tembê, da reserva Alto Turiaçu (divisa do Pará com o Maranhão), estiveram em Belém (PA) para entregar um documento ao superintendente regional da Funai, Dinarte Nobre de Medeiros, acusando um madeireiro conhecido por Nildo de ameaçá-los de morte.

Os índios pediram segurança na área, a retirada de madeireiros e definição dos limites da reserva com a colocação de placas. (*Folha de São Paulo*, 15/01/91)

Para intensificar o atendimento aos 10 mil Yanomami de Roraima e do Amazonas, vítimas de um surto de malária, membros do Ministério da Saúde, de entidades indígenas e missionários realizam, do dia 30 de janeiro a 2 de fevereiro, em Manaus, um encontro para determinar as diretrizes do Projeto Permanente de Saúde Yanomami.

A Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) revelou que o órgão está recebendo denúncias de que missionários fundamentalistas americanos têm negado socorro

Comissão critica ação de religiosos entre Yanomami

a índios que participam de pajelanças. Por isso, uma das resoluções do encontro deverá ser a adoção de um código de ética sanitário.

Os missionários fundamentalistas pertencem aos grupos Novas Tribos do Brasil e Missões Evangélicas da Amazônia.

Para Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão, o encontro em Manaus deverá estabelecer uma "política de respeito de todos os assistentes sanitários à cultura e ao modo de vida Yanomami". (*O Globo*, 17/01/91)

Kaingang esperam custódia para voltar

A Associação Nacional de Apoio ao Índio denunciou que 20 Kaingang estão acampados junto a uma unidade da Brigada Militar, pois ainda não pareceu uma custódia da Polícia Federal para voltarem à Reserva de Nopai (RS). O retorno dos índios, liderados por Vairam Casemiro da Silva, foi assegurado por uma ação de reintegração de posse, depois que eles foram expulsos devido à denúncia e fizeram de venda ilegal de madeira por lideranças indígenas da reserva. (*Correio Braziliense*, 12/01/91)

Cacique é preso com carga de madeira

Um cacique da Reserva Indígena de Ibirama, em Santa Catarina, juntamente com seu genro, foi preso quando transportava num caminhão 14 toneladas de madeiras extraídas daquela reserva. Eles foram detidos pela Polícia Militar em Camboriú (SC).

A delegada Magali Ignácio, titular da delegacia local, informou que o cacique da Reserva Indígena de Ibirama, Elpidio Pri-Pra, que também é vereador do município de José Bolteux (SC), confessou que extraíram a madeira da reserva indígena de Ibirama. José declarou para a polícia

que pretendia construir sua casa em Camboriú, embora fontes informassem que o destino da mesma era uma madeireira situada no município de Camboriú.

Os fiscais do Ibama — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente — aplicaram uma multa de Cr\$ 137 mil, além do indiciamento de José em crime contra a natureza e contravenção penal. Eles violaram a lei 4771-65 (Código Florestal), que preconiza serem as reservas indígenas áreas de preservação permanente. (*Jornal de S. Catarina*, 16/01/91)

Xokleng libertam funcionário em troca de comida

Os Xokleng da Reserva Duque Caxias, em Ibirama (SC), libertaram o jornalista da Funai, Maurício Mendes Saraiva, detido como refém ante toda a noite do dia 15 para o 16. Os Xokleng exigiam, como condição para libertar o refém, cinco toneladas de alimentos e remédios para

a comunidade indígena, composta aproximadamente por 1.800 pessoas, mas aceitaram os Cr\$ 400 mil em mercadorias oferecidos pela Superintendência Regional da Funai, localizada em Curitiba (PR). O jornalista e o cacique da tribo, Dlili Ciri, se encontraram com o superintenden-

te da Fundação, Henrique João Trompezynski, para discutir a questão da indenização do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) pelos estragos causados na reserva com a construção da Barragem Norte, em Ibirama. (*O Estado/Florianópolis*, SC, 17/01/91)

Funai tira garimpeiros da área Uru-Eu-Uau-Uau

O superintendente regional da Funai em Mato Grosso, Odenir Pinto Ladeira, confirmou a retirada de uma leva de garimpeiros que foram indevidamente a reserva indígena Uru-Eu-Wau-Wau, localizada em Rondônia. De acordo com a indicação da administração regional em Ajará-Mirim, um grupo foi obrigado a deixar a região denominada Seringal São Luiz.

A operação, que contou com a participação do Batalhão Florestal e da Polícia Federal, oito garimpeiros foram expulsos. O restante, cerca de 150, foram assim que souberam da operação. A Funai está preparando o retorno dos Uru-In ao seu modo de vida tradicional. O grupo foi preso para deixar o seringal São Luiz livre da presença de seringalistas durante a suspensão do ciclo da borracha. (*Correio Braziliense*, 04/01/91)

A rotina dos suicídios dos Guarani no MS

A reserva indígena de Dourados (na região sul do Mato Grosso do Sul), registrou mais um suicídio este ano. A Índia Guarani Tânia Gonçalves Garcia, 13, tomou Aldril-40 (veneno para matar formigas) e morreu dia 18 de janeiro no Hospital Evangélico da Missão Kaiowá.

Tânia era uma "mitárusu", como é denominado os Guarani entre 13 e 14 anos, que entram na idade de casar. Em Dourados, a maior incidência de suicídios ocorre entre jovens de 13 a 17 anos. Este foi o segundo suicídio registrado na reserva este ano e o 75º nos últimos 25 meses.

Os antropólogos e psicólogos que estudam o caso sugerem que a miséria, a localização da reserva — a apenas 3 km do centro de Dourados —, e o alcoolismo — que atinge mais de 60% dos índios — são os principais motivos da onda de

suicídios. Já para os índios da reserva, as mortes estão relacionadas à atuação de feiticeiros.

Os índios Kaiowa e Nhandeva, ambos subgrupos Guarani que dividem o espaço da reserva com membros da tribo Terena, não possuem nenhum "nhanderu" — como são chamados seus líderes religiosos.

Os "nhanderu" seriam capazes de acabar com os suicídios na reserva neutralizando a atuação dos feiticeiros.

O superintendente-geral da Funai, Edívio Battistelli, que esteve na reserva, prometeu levar a Dourados dois "nhanderu" paraguaios, do mesmo grupo indígena e afirmou ainda que vai fazer a revisão da reserva de Dourados, que possui 3.539 hectares de área, visando sua ampliação. (*O Estado de S. Paulo*, 20/01/91, *Folha de S. Paulo*, 23/01/91)

Governo corta gastos sociais e impõe sacrifícios

A grande proeza da política econômica do presidente Fernando Collor encontra-se na contabilidade do governo. Os números de 1990 mostram que, rompendo uma tradição de desperdício, o Estado gastou menos do que arrecadou, encerrando o ano com um superávit de 128,6 bilhões de cruzeiros — contra um déficit de 2,6 trilhões em 1989, último ano do governo de José Sarney. Para consumir uma operação desse tamanho, Collor passou a tesoura em 35% das despesas públicas e jogou a economia no chão. Os números do IBGE informam que o país decresceu 4% em 1990 — uma geladeira econômica que só tem paralelo com o ano de 1981, quando a recessão ficou na casa dos 4,4% negativos. Pouco a pouco o país começa a se dar conta do tamanho desse sacrifício, que é pago pelos brasileiros humildes, que precisam bater às

portas do governo toda a vez que tem necessidade de ir ao médico ou colocar os filhos na escola.

No Brasil, os serviços oferecidos pelo Estado nunca foram de primeira, mas o que acontece hoje é de arregalar os olhos. O Ministério da Educação, de Carlos Chiarelli, só vai entregar em julho 66,5 milhões de livros didáticos que deveriam chegar às escolas públicas na volta às aulas — um atraso que deixará 23 milhões de estudantes sem ter o que ler até o meio do ano letivo.

O drama também atinge os governos estaduais e prefeituras, sem dinheiro até para pagar o funcionalismo. Mesmo no estado mais rico do país, São Paulo, o cofre ficou vazio: depois de caprichar nos investimentos eleitorais, o governador Orestes Quércia informa que não tem recursos nem para o 13º salário dos servi-

dores. Em Belo Horizonte, 110 mil crianças não têm lugar para estudar. Para abrigar as 45 turmas de alunos, a Escola Estadual Professor Francisco Malheiros precisaria de 20 salas de aula — dispõe de 12. A escassez de vagas para os estudantes de Belo Horizonte só seria solucionada com a construção de 50 novos colégios. No ano passado, porém, a Secretaria de Educação da cidade não recebeu um centavo do governo federal. Em 1989 os recursos vieram, ainda que suficientes para reformar só 10 escolas.

A máquina do governo, no Brasil, sempre foi conhecida por ser gastadora em obras inúteis e poupadora em matéria social — cálculos do Banco Mundial dizem que de cada 4 dólares que o governo arrecada em impostos, apenas 1 é destinado a investimentos nesse terreno. (Veja/São Paulo, SP, 16/01/91)

Orçamento federal é ilegal há dois anos

“Pelo segundo ano consecutivo, o orçamento da União desrespeitou norma constitucional, ao deixar de consignar, para o trabalho de erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, 50% dos recursos federais destinados à educação”, denunciou o senador João Calmon (PMDB-ES). Ele anunciou o seu propósito de solicitar à Procuradoria Geral da República seja impetrada a ação de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, visando corrigir aquela falha orçamentária.

Calmon, que há mais de uma década tem se destacado no Congresso Nacional pela luta em favor da educação, lembra que, em 1990, a Procuradoria Geral da República acolheu tese de inconstitucionalidade, de iniciativa dos secretários estaduais de Educação e do deputado Osvaldo Coelho (PE), pelo fato de o orçamento da União não ter destinado o percentual previsto na Constituição com aquelas duas finalidades. Mas, assinalou, até agora não foi tomada nenhuma decisão pelo Supremo. (Correio Braziliense/Brasília, DF, 11/01/91)

Salário baixo ameaça ensino

A ampliação do ano letivo de 180 para 200 dias e da carga horária diária para 6 horas é compatível com a existência de professores que ganham Cr\$ 600,00? A secretária nacional de ensino básico do MEC, Ledja Austrilino Silva, considera que, sem a solução desta questão, “a qualidade do ensino continuará seriamente ameaçada. Nós temos cerca de 600 mil professores leigos ganhando salários muito abaixo do mínimo, absolutamente ridículos”, lembra. “O professor, hoje, não é prestigiado, não pode dedicar-se e capacitar-se melhor”.

Silva diz que o MEC não pode interferir diretamente nos estados para resolver a situação dos professores: “Decidimos utilizar uma forma de pressão. Estamos usando como critério para o repasse de verbas do salá-

rio-educação a existência ou não de um plano de cargos e salários para a área educacional. Quem não tiver o plano em vigência, não recebe, não adianta informar que está em tramitação ou em preparação”.

Apesar disso, o aumento do ano letivo para no mínimo 200 dias já está decidido e será implantado ainda em 1991. A secretária insistiu em que não há necessidade de contratação de novos professores: “Não há déficit de professores, há déficit de salários”, disse, acrescentando que “nos corredores das secretarias de Educação existem muitos que estão fora da sala de aula porque na burocracia ou cedidos a gabinetes de outras repartições conseguem ganhar melhor”. (Correio Braziliense/Brasília, DF, 20/01/91)

CEDI do Rio tem novo endereço

Desde o final de outubro o CEDI do Rio está em novo endereço:

Rua Santo Amaro, 129

22211 — Rio de Janeiro — RJ

Fone: (021) 224-6713 • Fax: (021) 242-8847

Trabalhadores em Educação realizam 23º Congresso

Vera M. Ribeiro

Encerrou-se em Olinda, PE, dia 16 de janeiro, o 23º Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). A CNTE, sucessora da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), foi criada no congresso da categoria realizado em Campinas, em janeiro de 1989, e representa hoje 2 milhões de trabalhadores em educação de 1º e 2º graus no ensino público.

“Em defesa da escola pública” foi o lema do 23º congresso, que reuniu 2020 delegados das 35 entidades filiadas de todas as unidades da federação. A abertura do congresso contou com a presença do presidente da CUT, Jair Meneguelli. Ao longo do evento, foram discutidas teses apresentadas por diversas correntes políticas abordando as conjunturas internacional e nacional, questões sindicais, questões educacionais e o plano de metas para a CNTE. O tema que gerou maior polêmica foi o da participação da CUT no chamado entendimento nacional. Outro tema polêmico, não tão entusiasmante, foi o da escola unitária, em torno da qual há muita controvérsia, restando apenas o consenso quanto à necessidade de um padrão de qualidade e o desejo de a escola serem iguais em todo o país. Um dia nacional de luta



Mais de 2 mil delegados participaram do congresso

foi proposto para 15 de março, contra a política econômica recessiva, o desemprego e por um piso nacional de salários para o magistério. A pedido da CNTE, o CEDI elaborou e apli-

cou um questionário de levantamento do perfil dos delegados do congresso, cujos resultados serão divulgados assim que termine a análise dos dados. (CEDI, 22/01/91)

Alunos disputam vagas em escolas capixabas

À exemplo do que ocorre nas unidades de ensino da prefeitura de Vitória, a disputa por uma vaga nas 3.500 vagas da rede pública estadual também é acirrada. Nem mesmo a ampliação para 567 mil vagas neste ano levou a uma situação suficiente para atender a demanda. Segundo o secretário estadual de Educação, José Eugênio Viciari, a partir do dia 21 deste mês haverá o gerenciamento de alunos para inscrições que comportem os excedentes. Medidas como aluguel de imóveis serão adotadas para solucionar o problema. (A Gazeta/Vitória, ES, 10/01/91)

RS cria conselhos nas escolas

O governador Synval Guazzelli determinou a remessa à Assembleia Legislativa dos projetos de implantação dos conselhos escolares e eleição direta de diretores das escolas públicas estaduais, previstos na constituição estadual. Segundo o projeto, a criação

dos conselhos visa desburocratizar o sistema, facilitando a manutenção e conservação dos estabelecimentos. A próxima eleição para diretores será no fim do ano, com a participação de alunos, pais, professores e funcionários. (Zero Hora/Porto Alegre, 12/01/91)

Baianos lutam por matrícula

As matrículas das escolas da rede estadual e municipal de ensino na Bahia começaram a ser feitas e os estudantes estão travando uma verdadeira batalha para conseguir uma vaga. A situação é mais grave na rede

estadual, devido ao fato de a grande maioria das escolas não ter cumprido o calendário letivo do ano passado, em função da falta de professores e de condições físicas dos estabelecimentos. (A Tarde/Salvador, 09/01/91)

Aumenta índice de rejeição ao governo Collor

O governo Collor atingiu, ao completar dez meses, seu pior desempenho. Pesquisa DataFolha realizada em dez capitais mostra que o número dos que consideram que o presidente Fernando Collor de Mello está fazendo um governo ótimo/bom caiu, em dois meses, de 26% para 22%. Neste mesmo período, o índice dos que acham o governo apenas regular cresceu de 45% para 48%.

Os que consideram que Collor está fazendo um governo ruim/péssimo aumentou de 27% para 29%. Desde julho do ano passado, essa é a maior diferença registrada (sete pontos percentuais) entre a avaliação positiva e a negativa do governo.

Antes da posse de Collor, em 15 de março do ano passado, a expectativa de 64% da população destas mesmas capitais era a de que o novo presidente faria um governo ótimo/bom. Esta taxa se manteve praticamente inalterada um mês depois (63%), já com a vigência do Plano Collor.

Três meses depois, no entanto, a avaliação positiva do governo já tinha desabado para 25%. Com quatro meses, em julho, a taxa dos que acreditam no governo chegou a 23%. Voltou a subir nos meses seguintes, até desabar agora, novamente, para 22%.

Curitiba, São Paulo e Brasília são as cidades onde o governo tem os

maiores índices de aprovação — 28%, 25% e 25%, respectivamente. Curitiba e São Paulo também têm os menores índices de rejeição — 24% e 25% de ruim ou péssimo. As maiores resistências ao governo estão em Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife, onde as taxas de ótimo ou bom são as menores registradas — 14%, 18%, 19% e 19%, respectivamente. Em Porto Alegre, o governo Collor encontra seu maior índice de reprovação: 37% da população acha seu desempenho ruim ou péssimo. Depois, vem Brasília, com 35%, e duas cidades nordestinas, Recife e Salvador, com 34%. (*Folha de S. Paulo*, 15/01/91)

Geraldo Bulhões é eleito governador de Alagoas

O terceiro e último turno das eleições em Alagoas foi marcado no dia 20 pela desorganização e desobediência. O Ibope apontou a vitória de Geraldo Bulhões com 53% dos votos, contra 30% para Renan Calheiros, além de 15% de votos nulos e em branco e 2% de abstenção.

Bulhões contou com o apoio das máquinas do governo federal e estadual contra Calheiros, ex-líder do governo Collor na Câmara. "O povo alagoano deve entender que não há razão para separar o governo do Estado do presidente da República. Somos um Estado não um enclave", disse na condição de eleito. (*O Globo* e *Folha de S. Paulo*, 21/01/91)

Ministério quer apurar extermínio de crianças

O secretário nacional do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, Benedito Rodrigues dos Santos, entregou ontem ao ministro da Justiça Jarbas Passarinho, um documento de duas páginas que estabelece formas de combate ao extermínio de crianças no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Amazonas, Sergipe e Bahia. Este deverá ser o primeiro trabalho do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, que terá uma nova estrutura conforme determinação presidencial.

O documento propõe a quebra do ciclo da impunidade dos envolvidos em extermínio de crianças e adolescentes; a revisão da estrutura das po-

lícias civis em todo o Brasil; e sugere que o policial acusado de envolvimento em casos de assassinatos de crianças, seja afastado de imediato de suas funções. O secretário nacional do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente propõe que as pessoas responsáveis por denúncias contra exterminadores recebam proteção policial.

O presidente Fernando Collor de Mello assinou decreto aprovando a nova estrutura regimental do Ministério de Justiça, reestruturando o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, instrumentando o órgão para apurar qualquer caso ou qualquer lesão aos direitos humanos. (*Correio Braziliense*, 20/01/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL